



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 133

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

ASSESSORIA DA MESA	Capa
TAQUIGRAFIA	2388
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	2402
ADVOCACIA GERAL	2403
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2403

ASSESSORIA DA MESA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano dois mil e dezessete, às dezoito horas e dezoito minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Maurão de Carvalho – Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airton Gurgacz, Anderson do Singeperon, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Geraldo da Rondônia, Jesuino Boabaid, Laerte Gomes, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon; e ausências dos Senhores Deputados Alex Redano, Hermínio Coelho, Jean Oliveira. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados, em **segunda discussão e votação**, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos: **Projeto de Lei nº 378/16** de autoria do Deputado Maurão de Carvalho que “Dispõe sobre o fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito aedes aegypti e dá outras providências”; **Projeto de Lei nº 670/17** de autoria do Deputado Airton Gurgacz que “Autoriza o Poder Executi-

vo dispensar o pagamento da Taxa de veículo automotor, na forma que especifica”; **Projeto de Lei nº 696/17** de autoria do Deputado Alex Redano que “Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Vencedores por Cristo, do município de Presidente Médici”; **Projeto de Lei nº 726/17** de autoria do Deputado Edson Martins que “Dispõe sobre o prazo e condições de restauração da pavimentação danificada por serviços realizados por prestadoras de serviços públicos e privados, contratadas, permissionárias e concessionárias de serviços públicos e privados”; **Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo: nº 720/17 - M 153** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 11.161.430,73 em favor das Unidades Orçamentárias: Superintendência de Desenvolvimento do Estado de Rondônia – SUDER, Superintendência Estadual de Assuntos Estratégicos – SEAE, Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia – AGERO, Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – IDEP, Fundo Estadual de Saúde – FES, Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI e Fundo Penitenciário – FUPEN”; **nº 721/17 - M 160** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 205.371,66, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação – SEDUC”; **nº 722/17 - M 161** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 3.657.165,80, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social – SEAS”; **nº 723/17 - M 164** que “Acrescenta o artigo 3º-A à Lei nº 4.109, de 17 de julho de 2017, que ‘Dispõe sobre contratação de servidores por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON’”; **nº 724/17 - M 165** que “Acrescenta dispositivo à Lei nº 1993, de 2 de dezembro de 2008, que ‘Altera dispositivos da Lei nº 1067, de 19 de abril de 2002, e dá outras providências’”; **nº 725/17 - M 176** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 15.031.290,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundo Especial do Corpo de Bombeiros Militar – FUNESBOM”. Foram aprovados em discussão única e votação, pelo proces-

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

so de votação simbólica, por maioria de votos: **Projeto de Resolução nº 087/16** de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid que “Altera e acrescenta dispositivos ao Regimento Interno”; **Projeto de Decreto Legislativo nº 128/17** de autoria do Deputado Geraldo da Rondônia que “Concede Medalha do Mérito Legislativo à Senhora Maria Elisia Alves de Miranda Bonfim”. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar esta sessão, o Senhor Presidente convocou sessão ordinária para o dia 02 de agosto, no horário regimental, às 09:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações, às dezoito horas e vinte e quatro minutos do dia primeiro de agosto do ano dois mil e dezessete.

**ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA NONA LEGISLATURA**

Aos quinze dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete, às dezoito horas e vinte e três minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Edson Martins – 1º Vice-Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Lebrão – 1º Secretário; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Airtton Gurgacz, Alex Redano, Anderson do Singeperon, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Geraldo da Rondônia, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Lázinho da Fetagro, Lebrão, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Marcelino Tenório, Ribamar Araújo, Saulo Moreira; e ausências dos Senhores Deputados Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Maurão de Carvalho, Só na Bença e Senhora Deputada Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foram aprovados, em **segunda discussão e votação**, pelo processo de votação simbólica, por maioria de votos: **Projeto de Lei nº 608/17** de autoria do Deputado Anderson do Singeperon que “Altera a ementa, artigo e acrescenta dispositivo à Lei nº 1630, de 18 de maio de 2006 que ‘Institui no Estado de Rondônia a meia entrada para professores em estabelecimentos de cultura, esportes e lazer, e dá outras providências’”; **Projeto de Lei nº 716/17** de autoria do Deputado Paulo Moraes que “Declara de utilidade pública a Associação Voluntária Animal, com sede na cidade Porto Velho”; **Projeto de Lei nº 729/17** de autoria do Deputado Laerte Gomes que “Institui o Dia Estadual do Vaqueiro e dá outras providências”; **Projetos de Lei de autoria do Poder Executivo: nº 733/17 – M 178** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o montante de R\$ 18.834.483,60 em favor das unidades orçamentárias: SUGESP, AGERO, DER, FESPEN, FES, SEJUS e FUNEDCA”, **nº 734/17 – M 179** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 4.256.703,00 em favor da unidade orçamentária: Fundo de Desenvolvimento Institucional do Ministério Público de Rondônia - FUNDIMPER”, **nº 735/17 – M 180** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 1.569.219,00 em favor da unidade orçamentária: Secretaria de Estado da Agricultura - SEAGRI”, **nº 736/17 – M 181** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de

arrecadação, até o montante de R\$ 500.000,00 em favor da unidade orçamentária: Defensoria Pública do Estado de Rondônia - DPE”, **nº 737/17 – M 182** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por excesso de arrecadação, até o montante de R\$ 14.876.266,87 em favor da unidade orçamentária: Tribunal de Justiça - TJ”, **nº 738/17 – M 185** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 16.353.734,23 em favor da unidade orçamentária: Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia - FIDER”, **nº 739/17 – M 186** que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 45.291.842,34 em favor das unidades orçamentárias: Assembleia Legislativa – ALE, Tribunal de Contas – TC, Tribunal de Justiça – TJ e Ministério Público - MP”. Foi aprovado em **segunda discussão e votação**, pelo processo de votação nominal, por maioria de votos: **Projeto de Lei Complementar nº 169/17** de autoria do Poder Executivo que “Acrescenta o inciso V ao artigo 5º da Lei Complementar nº 283, de 14 de agosto de 2003 que ‘Cria o Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, sucessor do Fundo de Planejamento e de Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia – FIDER, e dá outras providências’, com 18(dezoito) votos. Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar esta sessão, o Senhor Presidente convocou sessão extraordinária para em seguida, com a finalidade de apreciar o Veto Total nº 110/17. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretários da sessão. Plenário das Deliberações, às dezoito horas e trinta e dois minutos do dia quinze de agosto do ano dois mil e dezessete.

TAQUIGRAFIA

**36ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 08 de Agosto de 2017

Presidência dos Srs.

EDSON MARTINS - 1º Vice-Presidente
SAULO MOREIRA - Deputado

Secretariado pelos Srs.

LEBRÃO - 1º Secretario
AIRTON GURGACZ - Deputado

(Às 15 horas e 20 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Alex Redano (PRB), Airtton Gurgacz (PDT), Cleiton Roque (PSB), Edson Martins (PMDB), Geraldo da Rondônia (PHS), Hermínio Coelho (PDT), Jean Oliveira (PMDB), Jesuíno Boabaid (PMN), Laerte Gomes (PSDB), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PMDB), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PMDB), Rosângela Donadon (PMDB) e Saulo Moreira (PDT).

DEPUTADOS AUSENTES: Aécio da TV (PP), Anderson do Singeperon (PV), Dr. Neidson (PMN), Ezequiel Júnior (PSDC),

Leo Moraes (PTB); Luizinho Goebel (PV), Ribamar Araújo (PR), e Só Na Bença (PMDB).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 36ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

Lida a Ata Senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

Quero registrar a presença do Prefeito do município de Cacaúlândia aqui presente, Edir Alquieri e também do prefeito de Buritis, Roni Irmãozinho. Muito obrigado pela presença.

Solicito o Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Ofício nº 2125/2017 – SEGG, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3821/17, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

02 – Ofício nº 3227/2017 – DER, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3851/17, de autoria do Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

03 – Ofício nº 3219/2017 – DER, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3850/17, de autoria do Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

04 – Ofício nº 3220/2017 – DER, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3852/17, de autoria do Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

05 – Ofício nº 3217/17 – DER, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 3814/17, de autoria dos Senhores Deputados Edson Martins e Ezequiel Junior.

06 – Ofício nº 1198/2017 – Ministério Público do Estado, solicitando retirada e arquivamento do Projeto de Lei Complementar encaminhando a esta Casa de Leis por meio do Ofício nº 1140/2017 que trata da “Criação de Cargos Efetivos de Vigilante”.

07 – Memorando nº 328/2017 – Gabinete Deputado Jesuíno Boabaid, encaminhando Denúncia à Comissão de Segurança Pública, referente a Bombeiros Militares escalados para dirigir veículo de emergência, sem estar habilitado na categoria exigida pelo Código de Trânsito.

08 – Ofício nº 0641/2017 – Tribunal de Contas do Estado, informando que no período de 28/08 a 01/09/17 ocorrerá a 1ª Reunião Técnica de Implantação do PROFAZ, no Município de Ariquemes, onde solicita a colaboração desta Casa de Leis, mediante indicação de pessoal para trabalhar nas propostas de emendas acerca de melhorias das ações de regularização fundiária, organização tributária e desenvolvimento socioeconômico.

09 – Ofício nº 0638/2017 – Tribunal de Contas do Estado, comunicando que o Plenário deste Tribunal, apreciou o Processo nº 01731/12/TCE-RO e, em conformidade com o voto do Relator,

foi proferido o Acórdão APL-TC 00302/17 e o Parecer Prévio PPL-TC 00009/17.

10 – Requerimento do Senhor Deputado Alex Redano, justificando ausência nas sessões dos dias 01 e 02 de agosto de 2017.

11 – Requerimento do Senhor Deputado Maurão de Carvalho, justificando ausência nas sessões dos dias 07, 20 e 21 de junho de 2017.

12 – Ofício nº 1398/2017 – CAIXA, encaminhando Contrato de Repasse, celebrado com o Fundo Estadual de Saúde por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Rondônia, tendo por finalidade “Construção de Unidade de Formação de Profissionais de Saúde”.

13 – Ofício nº 1404/2017 – CAIXA, encaminhando Contrato de Repasse, celebrado com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, tendo por finalidade “Elaboração do Plano de Resíduos Sólidos do Estado de Rondônia – PERS”.

14 – Ofício nº 1413/2017 – CAIXA, notificando crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto “Implantação do SAA de Água Tratada no Distrito de Vista Alegre do Abunã – Município de Porto Velho”.

15 – Ofício nº 1377/2017 – CAIXA, notificando crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto “Urbanização da Orla do Rio Machado – Projeto Beira Rio – Município de Cacoal”.

16 – Comunicado nº AL019224 a AL019241/2017 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

17 – Comunicado nº AL093286 a AL093288/2017 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

18 – Comunicado nº AL093511/2017 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

19 – Comunicado nº AL019408/2017 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

20 – Comunicado nº AL019833/2017 – Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Lido o Expediente, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero pedir a Assessoria que anote os nomes aí dos líderes aqui para a pauta de reivindicações da categoria que ocupa o plenário, a qual eu quero registrar e agradecer a presença de todos, para que possa trazer, para que a gente possa estar aqui falando com a reivindicação que está sendo feita por esta categoria nesta tarde.

Lido o Expediente recebido, passamos agora às Breves Comunicações. Com a palavra o ilustre Deputado Hermínio Coelho, primeiro inscrito por cinco minutos sem apertes.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só quero falar sobre a situação dos trabalhadores que estão presentes aqui na Sessão. Eles estão sendo expulsos; Presidente, eles estão sendo expulsos aqui de uma área aqui do outro lado do Rio Madeira e tudo baseado num TAC que o Governo de Rondônia fez com o Ministério Público. O Ministério Público, não está nem pressio-

nando o Governo e o Governo está lá com a Polícia Militar e a Polícia Ambiental, tirando, derrubando as casas das pessoas que moram lá há mais de 20 anos, tem gente com mais de 20 anos que mora lá na sua casa e de repente chega o trator do Estado e sem mais nem menos derruba, tira as pessoas da sua moradia. O Presidente Maurão já está trabalhando aí a possibilidade do Estado suspender essa operação; não tem a autorização da Justiça, Deputado Jesuíno, não tem. Isso é de forma arbitrária, o Governo está agindo de forma arbitrária, de forma covarde contra esses trabalhadores. Eu acho que, se a área realmente tem algum tipo de discussão, tem mil formas de a gente discutir e manter, criar uma política, sei lá, sustentável, e manter os nossos trabalhadores lá na área. Eu acho engraçado que agora, poucos meses agora foi..., o Governo Federal, o Governo Temer, esse Governo, ele mudou a legislação para beneficiar um monte de fazendeiro. Agora, para resolver onde estão os trabalhadores, o Governo não resolve; aí o Estado vai lá de forma covarde. Eu queria, quero que o Sr. Governador Confúcio..., eu não sei nem se o Confúcio sabe dessa história. Mas dizer para o nosso Secretário da SEDAM, poxa, tem tanta coisa para essa SEDAM fazer nesse Estado, para de perseguir os trabalhadores, pare de sacanear o trabalhador. Esse Coronel Vilson, ou é Wilson, sei lá o nome desse Coronel, ele não consegue resolver um problema de forma na base do diálogo, na base da conversa de forma tranquila, infelizmente contra os trabalhadores agem, Deputado Jesuíno, na base da força, usando toda a força do Estado, toda truculência contra os trabalhadores. Amanhã, amanhã cedo, se hoje à tarde, se até a noite, o Governo não suspender essa operação, amanhã de manhã, eu vou para lá, nem que eu vá também apanhar junto com vocês, da força do Estado, mas eu vou estar lá assistindo, presenciando a covardia do Estado. Dizer também para o nosso Ministério Público que tem tanta coisa muito mais importante para fazer nesse Estado, no combate, há muita coisa errada que tem nesse Estado, eu não vejo ninguém fazer nada, agora para estar pressionando, poxa, para cumprir Lei tem que ser cumprido, Deputado Jesuíno, contra os trabalhadores, e que crime esses trabalhadores estão cometendo? Primeiro a área lá como muitos falam, já está toda devastada já. Poxa, vamos trabalhar uma forma de manter os nossos trabalhadores lá, vamos dizer o que é preciso fazer, se tiver que reflorestar, refloresta, se tiver que plantar cupuaçu, que plante açaí, enfim, tem sim, Deputado Jesuíno, como a gente manter. Agora se essas pessoas saírem de lá, eles vão para onde? Vão procurar uma ocupação, ou invasão aqui na periferia da nossa cidade, saindo da dignidade onde eles estão lá, Deputado Airton, poxa, não é assim meu Líder, Deputado Laerte; o Deputado Maurão, já está trabalhando, o Presidente Maurão, já está, mas, eu não sei se é o suficiente, é bom que Vossas Excelências intervenham, Deputado Lebrão, veja junto ao governo para que a gente faça uma comissão de Deputados, e vamos tentar resolver essa coisa sem ser na base da força, vamos buscar um meio aonde preserve os nossos trabalhadores e também o meio ambiente, dá sim para a gente viver junto tanto a gente preservando e sustentando a família com dignidade. Era isso pessoal, eu espero que até a noite, até seis horas da tarde o Governo suspenda essa ação infeliz, e senão, amanhã cedo, eu vou estar lá dentro acompanhando de perto essa situação, obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Hermínio Coelho. Quero registrar aqui a presença do senhor José Guedes Neto, Presidente da Associação dos Produtores Rurais ASPROLE – Linha C 30, também do senhor Gilberto Bar-

bosa Filho, Presidente da Associação de Produtores Rurais Hortifrutigranjeiro do Estado de Rondônia; também do senhor Odair Gonzaga, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais - ASPRONIC – Linha 10; também o senhor Silva Leal, Presidente da Associação de Produtores Rurais - Jequitibá – Linha C 5 Gleba Cuniã, e também do senhor Samuel Pereira, Presidente da Associação de Produtores Rurais – ASPRONIA – Linha C-01 Porto Velho; também da senhora Maria Silva, Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Produtor Rural da Linha C-03 - Porto Velho, muito obrigado pela presença com certeza todos com o mesmo objetivo que é reivindicar essa indicação que eu acho mais do que justa, que as pessoas que já trabalham algum tempo ali naquele setor, e hoje estão reivindicando o direito de continuar trabalhando. Eu acho que nós temos que realmente dar uma atenção dada a esses trabalhadores, que são eles que põem realmente o pão na mesa de todas as pessoas. Com a palavra o ilustre Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Uma questão de ordem Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Pois não Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu queria só registrar a presença do Prefeito de Cacaulândia Edir Alquieri, nosso companheiro de partido, também parabenizar pela administração que está fazendo; o Prefeito de Buritis também, o Irmãozinho que está presente também e do Padre Alceu que também esteve em nosso gabinete e está aqui presente, aqui de Porto Velho, com certeza. Então, registrar a presença dos prefeitos, teve também hoje aqui o Prefeito de Monte Negro, Evandro, nosso amigo Evandro, que esteve agora a pouco. Então, nós queremos agradecer a presença de vocês e para nós é um prazer tê-los aqui conosco, obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com a palavra Deputado Airton Gurgacz por cinco minutos sem aparte.

O SR. AIRTON GURGACZ – Bom tarde senhor Presidente Edson Martins, boa tarde Senhores Deputados, boa tarde, trabalhadores aqui, colaboradores desta Casa, queremos também cumprimentar todas as pessoas que estão aí no plenário, às pessoas que foram também aí expulsas de suas terras. Dizer que o nosso Presidente, já esteve aí intermediando junto com esta Casa, com certeza teremos aí uma grande negociação junto com o Governo, Promotor Público, conforme pregou aqui que o nosso Deputado Hermínio Coelho, quero dizer que nós no sábado passado tivemos em Ji-Paraná o lançamento da Feira Nacional do Peixe da Amazônia, no CDL, estiveram presentes eu, o Deputado Laerte Gomes, o nosso Prefeito Jesualdo, o nosso vereador Jhony Paixão, os técnicos da UNIR, a D. Ilse, da SEAGRI, e sob o comando e a presidência do Dr. Edson Aliotti, um médico empreendedor, um gestor de grandes eventos em Ji-Paraná. Foi feito o lançamento e amostragem para nós desta Feira Nacional do Peixe da Amazônia e esse evento a primeira edição e vai acontecer no dia 27 e 28 de outubro de 2017, será lá no Coliseu Eventos, é um projeto apresentado pela Instituição para fazer essa divulgação hoje do peixe, por que o Estado de Rondônia é o maior criador de peixe hoje em cativeiros, nós devemos chegar a noventa mil toneladas esse ano. Quando o Governo Confúcio Moura começou o seu mandato em 2011 nós tínhamos vinte e quatro toneladas, Deputado Edson, e hoje estamos chegando

a noventa mil toneladas por ano. Então o Estado de Rondônia hoje é considerado o Estado com a maior produção de peixe em cativeiro, é o tambaqui, é o pirarucu e outros. Então esse evento vem coroar esse grande êxito aí do Governo do Estado e que o Governador Confúcio Moura é o grande baluarte dessa situação aonde nós temos tido o crescimento tanto dessa produção de peixe, e o peixe hoje na Amazônia, o peixe em Rondônia tem crescido muito e tem aumentado. Então por isso há uma justificativa da Feira Nacional do Peixe da Amazônia para debater e discutir lá as questões. Nós estamos numa carência de eventos para a promoção de peixe da Amazônia na região Norte. E esse projeto justifica através da realização de uma Feira chamada FENAPAN, que tem como possibilidade de divulgar o pescado da Amazônia aproximando o produtor do fornecedor da tecnologia e buscando novos mercados e a industrialização do peixe aqui na Amazônia. Então quem vai ajudar a organizar essa feira vai ser a SUDER; a SUDER teve lá o Pedro Teixeira também que nos acompanhou nessa amostragem, nessa apresentação, e durante a FENAPAN nos dias 27 e 28 terá estandes voltados até para a gastronomia do peixe, durante a feira terá concurso de pratos de peixe da Amazônia, terá uma comissão julgadora, toda regulamentada. Outro grande evento dentro desse projeto que é a destinação dos lucros, todos serão destinados a APAE de Ji-Paraná. Então isso é muito bom, por que as APAE's sofrem com recursos e nós sempre falamos aqui se não é a sociedade, se não é a população ajudar as APAE's, as APAE's têm muitas dificuldades. Então a gente fica feliz por que a FENAPAN irá ajudar, todo o lucro passará para a APAE de Ji-Paraná, a Associação de Pais e Amigos Excepcionais, é uma associação que tem toda a comunidade, se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas. Após o término da FENAPAN que será encerrada dia 28, às 12 horas, terá início a rodada de negócios com início às 14 horas, aonde serão convidados todos os produtores de peixe industriais de Rondônia, e demais Estados onde terão a oportunidade de iniciar as tratativas de negócio para a comercialização do pescado produzido no nosso Estado de Rondônia. Então nós ficamos muito felizes por essa iniciativa do Dr. Edson Aliotti que hoje também é um grande gestor e também está investindo nessa questão do peixe, é um negócio, é um novo agronegócio do peixe que vem aí com essa primeira feira. Então foi um sucesso lá, teve muitas pessoas que falaram, produziram, por que também nós não temos aí lojas especializadas a vender materiais para a questão do peixe no Estado de Rondônia. Temos para bois, nós temos várias casas que vendem tudo que tem para boi, mas, para peixe na verdade, nós não temos. Então é um mais um nicho que Rondônia pode procurar a ter aí de negócios. Então a gente faz um convite aqui a todos os Deputados, a todos os agricultores do Estado de Rondônia e outros Estados que virão, por que essa Feira terá a sua divulgação em televisão, rádios, através do WhatsApp, através de toda a mídia que for possível, por que a primeira Feira do Peixe da Amazônia, mas, o evento mesmo será em Ji-Paraná, lá no Coliseu, no Coliseu Eventos e aonde falará do peixe nosso, aqui do nosso Estado. Então é mais um agronegócio do peixe que nós teremos mais um fortalecimento e que precisa, e por que Rondônia tem se destacado nessa questão do peixe como o Estado que está em primeiro lugar na criação de peixe de cativeiro. Então era isso, Sr. Presidente, que nós estamos colocando aqui nesta tarde e reforçando o convite para que todos agricultores do Estado, todos os nossos Deputados possam comparecer no dia 27 e 28 de outubro em Ji-Paraná para esse grandioso evento, é o primeiro evento, a

primeira edição, mas, a gente quer acelerar e quer que as coisas melhorem muito mais, Deputado Lazinho, V. Ex^a que é super ligado à agricultura e tem essa questão do peixe que tem esse crescimento, então vai ser a primeira feira, está convidado V.Ex^a e todos Deputados aqui. A todos boa tarde. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Adelino Follador por 05 minutos, sem aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente em exercício, Deputado Edson Martins, vice-presidente desta Casa, demais Deputados aqui presentes, comunidade em geral, imprensa, mais uma vez destacar a presença de todos aqui hoje, dizer que para nós é um prazer tê-los aqui conosco todos os presentes aqui, especialmente os prefeitos e vereadores aqui presentes e também a comunidade que vem reivindicar os direitos, com certeza mais respeito com a população aqui que de fato precisa do nosso apoio e esta Casa sempre deu apoio a todas categorias que vieram aqui reivindicar nós nos colocamos à disposição de vocês. Mas, eu quero neste momento, Sr. Presidente, falar sobre diversos assuntos dentre eles um da questão da gestão compartilhada do Colégio Tiradentes do Distrito de Jaci-Paraná, município de Porto Velho. Nós fizemos uma indicação, já conversamos com o pessoal técnico para que seja feita uma avaliação, montada uma comissão para avaliação quanto à qualidade, os resultados obtidos pela implantação da Gestão Democrática do Colégio Tiradentes em Jaci-Paraná. Como hoje tem um colégio em Ariquemes que também já está funcionando, tem um em Ji-Paraná, Deputado Airon aqui também pleiteou em Ji-Paraná e tem a Deputada Rosângela também em Vilhena, é um modelo novo que está sendo implantado, então que a SEDUC monte uma comissão para fazer as avaliações e publicar para que a sociedade consiga fazer uma comparação, Deputado Lebrão, uma avaliação do que é feito e os resultados que estão acontecendo, então nós queremos que a SEDUC formalize uma comissão que periodicamente faça essas avaliações e que com certeza o resultado vai ser positivo, mas, por outro lado a população no geral vai saber melhor como estão sendo os resultados. Então nós sabemos que às vezes há muitas críticas em cima de alguns projetos e às vezes a população não conhece e com razão critica porque são passadas informações, às vezes erradas. Então eu gostaria que, e o Governo do Estado tem meios de publicidade, tem meios de passar isso para a população, então tanto se fala em colégios militarizados, mas, eu acho muito bonito a atitude de mudar gestão compartilhada do Colégio Tiradentes e no caso em Ariquemes, Ji-Paraná e Cacoal é I, II e III, então é um projeto muito importante, promete muito, mas, precisa ser acompanhado de perto. Hoje estivemos também na SEDUC cobrando um PROAF extra, que é lá de Chico Mendes lá de Ariquemes que era para ser liberado há muito tempo, não foi liberado, aí o Secretário prometeu que vai agilizar, nós não podemos deixar aquelas crianças, são 18 crianças especiais e sem um banheiro especial, nenhum banheiro que ele possa usar dentro das condições exigidas principalmente essas pessoas especiais que têm tanta dificuldade de frequentar a escola. Então eu quero deixar aqui registrada essa reivindicação minha e, inclusive, nós conversamos muito com a Érika Ossuci que é a diretora da escola e nós ficamos na Comissão de Educação na semana passada e explicou muito bem as dúvidas que tem lá, e no dia 27, amanhã nós estamos propondo na Comissão de Educação aprovação, tem uma au-

diência pública proposta pelo Deputado Lazinho convidar os 03 diretores das escolas, Deputada Rosângela, amanhã na Comissão estou propondo para convidar os 03 diretores, o de Vilhena, o de Ji-Paraná e também o de Ariquemes para se fazerem presentes nas Audiências Públicas, Deputado Lazinho, eu acho que é muito importante para que haja uma explicação, para que haja o debate e colocando a situação que está cada escola. Então, eu acho que esse diálogo é muito importante, eu acho que a sociedade tem que conhecer. Nós temos vários projetos na Educação, e esse é um que promete, também, ser bom para a Educação. Mas isso é bom que a sociedade tenha conhecimento, saiba o que está acontecendo, saiba os resultados etapa por etapa para que a gente consiga levar e avaliar isso perante a sociedade de Rondônia. Então esses assuntos que eu trago neste pequeno Expediente, no segundo Expediente tem mais um assunto que é muito importante para o Estado de Rondônia e a gente vai voltar. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Adelino Follador.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao ilustre Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, parabenizar à Mesa, dois microfones agora, já fez a reforma, começou a reforma, os microfones aqui. O som já está melhor. Mas senhor Presidente, cumprimentar aqui os nobres deputados, colegas deputadas. Deputada Rosângela, que nos honra aqui com sua beleza aqui nesta Casa; os amigos que se fazem presentes; aos internautas que estão em casas; a todos amigos que estão nos ouvindo e assistindo através da internet.

Senhor Presidente, a semana passada o Deputado Lazinho da Fetagro, a semana passada o Deputado Adelino, o Deputado Lazinho e outros Deputados, participamos aqui de uma Audiência Pública da questão de um recurso que o Proleite estava, está o projeto dentro do Conselho para destinar para que o SEBRAE, o SENAR, faça o trabalho de assistência técnica em alguns produtores de leite; se não me falha a memória, é um projeto para atender até mil produtores de leite no Estado de Rondônia. E eu recebi aqui um e-mail, Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, eu recebi um e-mail de alguns servidores da Emater e de produtores, alguns e-mails, e gostaria de ler um aqui que me chamou atenção e gostaria que o nobre, a nobre, os nobres Deputados da Comissão de Agricultura se atentassem a esse; depois eu vou encaminhar esse e-mail, Deputado Lazinho, encaminhar este e-mail à Comissão. Diz aqui que o SEBRAE fez um convênio de um milhão e meio com a SUDER, Superintendência de Desenvolvimento de Rondônia, para atender a cafeicultura em 13 municípios, Deputado Lebrão. Essa ação era para a capacitação através dos seminários, seminários estes que ao final, a grande maioria dos palestrantes, são técnicos da própria Emater. Resumindo: Estão pegando dinheiro do Estado para fazer uma ação e estão utilizando a Emater. Este dinheiro poderia ter sido investido na própria Emater, em mais estrutura. Ficaram também de atender produtores de café com assistência técnica e assessoria em alguns municípios. Nunca os produtores receberam tal assistência, e na hora de mobilizar os produtores, solicitam que a Emater faça. Aí, diz o cidadão que mandou este e-mail, aí tem esse recurso do Proleite, Deputado Marcelino, que queriam pegar, “tem que enfatizar que está sendo dado recurso do Governo para entidade para fazer o mesmo papel que a Emater já faz, que no final acaba utilizando a Emater, pois não o know how que a Emater tem com os produtores, e a Emater muitas

vezes não aparece e nem é reconhecida. Precisamos é fortalecer cada vez mais os recursos de quem realmente está fazendo, que é a Emater. A Emater precisa de mais estruturas como agilizar os consertos de manutenção de veículos, cota de combustível compatível com a programação, reformas dos escritórios, que muitos estão insalubres, tanto para os funcionários como para os atendimentos aos produtores. Um exemplo são os seminários que custam com as estruturas em torno de 15, 20 mil cada seminário. E aí existem estes seminários, dizer aqui: estruturas de barracas, climatização, só o Buffet que são custeados com recursos públicos, enquanto a Emater quando vai fazer os seus seminários, faz debaixo de um pé de manga e com resultados objetivos. Então Deputados, coloquei este exemplo para o senhor embasar e saber, não sei se ele é isso, mas nós aqui da Emater estamos aptos”, Deputado Lazinho, assim falam os servidores da Emater, Deputado Marcelino, “que estão aptos a desenvolver esse programa que com recursos oriundos do Proleite. Basta dá estrutura”. E diz mais aqui, “quem realmente é a executora das ações do Governo no setor produtivo é a Emater, é ela quem executa o PPA, Programa de Verticalização da Produção, o PROVE das indústrias; o CAL, Licenciamento das Atividades, enfim, crédito fundiário e tantos outros. Então, Deputado Lazinho, este projeto que estão querendo retornar a esta Casa, porque ele já foi arquivado, ele nos preocupa. Não tenho nada contra o SENAR, nada contra o SEBRAE, mas eu acho que esse não é o metiê deles. Eu não conheço nenhuma ação do SENAR que me perdoe, eu não conheço nenhuma ação do SENAR, até vi aqui entidades a qual eu respeito; entidades que eu respeito; Faperon, os produtores de leite aqui representados, as indústrias a quais tenho respeito. Mas não podemos admitir, Deputado Hermínio, que se peguem vinte e poucos milhões de reais e que se faça convênio com o SENAR e com o SEBRAE, principalmente com o SENAR que é o maior valor para fazer um trabalho que a Emater, Deputado Marcelino, já faz. Se não tem servidores suficientes é muito fácil, quando quer faz. Faz o chamamento público, faz um teste seletivo, contrata dentro do programa, cria o programa e atenda esses mil produtores que eles querem atender com esses recursos. Eu não tenho dúvida nenhuma que esta Casa estará atendendo.

A Emater, a direção da Emater, eu vi aqui até, Deputado Edson, eu já vou concluir, Presidente, eu vi até aqui alguns representantes de entidades criticarem a Emater, eu acho que nós não podemos criticar os servidores da Emater que estão lá na ponta, o que temos que criticar, Senhor Presidente, o que nós precisamos criticar é a Direção da Emater, se houver e tiver críticas à direção é à direção, nós temos servidores ali que estão em cargos estratégicos há mais de vinte anos, há mais de vinte anos, e as coisas mudam Deputado Lazinho, o Governo do Estado precisa urgentemente dar um gás novo na Emater, além dessa estrutura que eu recebi nesse e-mail aqui, nós precisamos dar um gás novo nesses jovens formados, formados em Agronomia, formados em Veterinária, Técnicos Agrícolas cheios de ideias, cheios de vontade, cheios de novas ideias, aí esses Deputado Marcelino, são esses que têm que está à frente da Emater agora, é o novo tempo, é o novo momento. Então o Governo do Estado precisa urgentemente tomar essa providência em relação à Emater. A Emater hoje junto com o Idaron, que é o que cuida da nossa sanidade animal, é um dos maiores patrimônios, Deputado Adelino, que esse Estado tem, não pode estar da forma que está. Nós precisamos fazer uma renovação na Emater, uma renovação de pessoas, uma renovação de ideias, com novas ideias, com novos projetos, acompanhando aí a evolução para a gente

poder avançar no que é a nossa maior indústria; que é roça, que é o setor produtivo.

E para finalizar, Senhor Presidente, também; recebemos esse mesmo modelo, recebemos o e-mail também, a reclamação das licenças, eu acho que os municípios precisam avançar nessa parceria com a SEDAM e assumir para os municípios as licenças ambientais de baixo e médio, só que quando, hoje, onde os municípios não fazem e a SEDAM vai; as SEDAM regionais que vão fazer, vão rápido fazer a vistoria, só que aqui em Porto Velho, aqui em Porto Velho nós temos ouvido muitas reclamações, demora três meses até um ano para sair uma licença. A SEDAM quer fazer uma represa para a piscicultura, quer fazer uma irrigação de café e infelizmente aqui em Porto Velho na SEDAM as coisas não estão andando. Então só deixar colocado isso, acho que isso é um tema, Deputado Lazinho, para fazer uma reunião na Comissão de Agricultura, convocar a SEDAM também. E ouvir essa denúncia porque é uma denúncia grave, e a gente está ouvindo isso lá na ponta, do produtor. A SEDAM, por exemplo, de Ji-Paraná vai lá a Médici, em Alvorada, vai rápido, mas, quando manda para cá que é aqui que faz análise, aí para sair licença é um parto, é um parto, nove meses. Então eu acho que é um tema para a Comissão de Agricultura se debruçar em cima dele. E mais uma vez reforçando que chegou o momento dos municípios assumirem o licenciamento ambiental das ações de baixo e médio impacto. Eu acho que esse é o caminho para nós tornarmos mais ágil o licenciamento ambiental.

Só cumprimentar o Vereador Reginaldo, de Nova Brasilândia, o nosso parceiro que está aqui, é uma alegria estar aqui, Reginaldo. Era isso senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Obrigado, Deputado Laerte Gomes. Registrar a presença do Vereador Parlote, da Câmara Municipal de Jarú; também registrar a presença do Vereador Dico, da Câmara Municipal de Jarú e do Vereador Reginaldo Gama, da Câmara Municipal de Nova Brasilândia, muito obrigado pela presença.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Pois não Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Registrar a presença da dona do barraco, a dona Neusa, que está visitando aqui hoje também, juntamente com a Dr. Cláudia, lá de Cacoal, Diretora do Guaporé News, seja todas bem-vindas.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado pela presença da dona Neusa aqui presente no plenário. Quero registrar também a presença do Júlio, Júlio Kasper, que é o Diretor do Instituto de Identificação do Estado de Rondônia e a Pâmela. Diretor Júlio que tem prestado um bom trabalho ali frente ao Instituto de Identificação, muito obrigado ao Dr. Júlio pela sua presença. Eu gostaria também de deixar um registro aqui aos colegas Deputados que, eu fui procurado ontem, Deputado Adelino, uma coisa absurda que eu pude perceber sobre o Miltinho Careca, lá do distrito de União Bandeirantes, o Silvio da Rádio e mais alguma pessoas, quando me falaram que o Distrito de União Bandeirantes, o Distrito hoje que tem em torno de quinze mil habitantes que é o Distrito de União Bandeirantes, hoje o Distrito de União Bandeirantes não tem um postinho de saúde para fazer um pequeno atendimento

nos finais de semanas e à noite. Fecharam o posto de saúde ali do Distrito de União Bandeirantes, não está realmente fazendo nenhum atendimento. E ontem, o seu Miltinho Careca, que é um empresário lá do município, ele disse que no domingo ele teve que pegar uma pessoa lá em União Bandeirantes e vir a Porto Velho para fazer um pequeno atendimento para aquela pessoa. Então eu acho um absurdo, eu gostaria de deixar registrado aqui nesta tarde, nesta Sessão, esse descaso que está acontecendo com o Distrito de União Bandeirantes quanto à saúde pública ali do município. Acho que nós precisamos cobrar das autoridades competentes para que possam imediatamente voltar o atendimento ali no posto de saúde de União Bandeirantes, à noite e também nos finais de semana e feriados, porque eu acho que é inadmissível que um Distrito, com uma população de mais de 15 mil habitantes, não tem nem sequer um atendimento para um medicamento, para uma dor de barriga que acontecer lá. Se acontecer qualquer mal, uma dor de barriga em uma pessoa de União Bandeirantes, tem que vir para os hospitais de Porto Velho. Então, eu acho que isso é inadmissível e eu gostaria de deixar registrado nesta tarde.

Ainda nas Breves Comunicações, eu concedo a palavra ao ilustre Deputado Lazinho da Fetagro, por 05 minutos sem apartes.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência eu cumprimento toda a Mesa, cumprimentar nossos companheiros de trabalho desta Casa, os funcionários, Deputada Rosângela, cumprimentar todos os presentes aqui, principalmente a comunidade da Gleba Cuniã, meu Vereador Parlote; Dico, lá de Tarilândia. Deputado Adelino pode tirar o bico, porque o Parlote é meu e boi não lambe, certo? 30 anos de convivência, não vai ser agora, não é, Parlote? Senhor Presidente, eu quero, neste momento, fazer uma reflexão aqui e eu teria outros temas, como ontem, por exemplo, 11 anos da Lei Maria da Penha, mas tem alguns vetos aqui que eu queria depois discutir com esta Casa e um dos Vetos foi um projeto de lei que nós encaminhamos, já aprovado em vários Estados, com relação a medidas protetivas às mulheres. Mas, eu venho aqui a esta tribuna para tratar um pouco da questão agrária, fundiária do nosso Estado. Essa questão fundiária nos leva a refletir quando a gente vê famílias que vivem da terra e na terra produzindo o alimento do povo brasileiro, com muito suor, muita custa, muito trabalho, sofrendo, acontecer como aconteceu no caso da Gleba Cuniã. Eu não estou questionando a vivência ou não dentro da Reserva. Eu estou questionando aqui, primeiro: quando é que foi criada a Reserva? Foi criada a Reserva, já morava gente lá? Já tinham moradores dentro da área? Se já tinha moradores, por que já não buscaram alternativas de colocar esse povo para poder trabalhar? Colocar o povo numa terra e depois criar Reserva em cima. Mas acho que mais profundo; companheiros e companheiras, da gente analisar aqui é o que o Brasil quer da agricultura, do pequeno agricultor, do agricultor familiar neste País? Como que ele quer que esse agricultor possa permanecer no campo? Questionam-se todas as políticas públicas colocadas para o setor produtivo, para a agricultura familiar no Estado; no Brasil, de uma forma geral. E analisarmos de que maneira chegam a uma área, aonde os produtores trabalham e vivem com a sua família, são retirados de qualquer forma, sem discutir, sem conversar, sem diálogo, colocando no meio da rua, no meio da estrada, na beirada de estradas, e aí ficam questionando na cidade porque falta emprego, fica questionando, quem mora na cidade, o custo da alimentação, Deputado Airton. Então a gente preci-

sa discutir nesta Casa e neste Estado o que é que nós queremos e como que nós queremos que essas famílias permaneçam com dignidade no campo. Se vai para escola, uma criança de cinco anos tem que caminhar 50 quilômetros, 60 quilômetros de ônibus. Se precisa de saúde, vai para o município, vai para o local mais perto, Vereador Gelson da Hora, lá de Jaru, vai para o local mais perto para conseguir uma consulta, mais três dias depois. Se tem a produção para vender, não tem apoio técnico e não tem custeio e não tem logística nenhuma. Pega as famílias e o Estado de Rondônia está ficando mestre nisso, Deputado Hermínio, são famílias e famílias no Estado todas despejadas; despejados de áreas, de reserva que foi criado depois que as famílias moravam lá, tiradas de áreas ocupadas, documentadas através CATP's dos anos 70 que nunca teve um questionamento jurídico e essas famílias que hoje são despejadas, já viviam lá, Deputado Airton, lá no Cone Sul famílias de 15 anos dentro de uma área que nunca foi questionado na Justiça. A Deputada Donadon é de lá. E hoje são jogadas ao relento com filhos, com mulheres grávidas, queimam casas, despejam e você não vê notícia no jornal em apoio a essas famílias. Nós temos que discutir, nós temos que discutir estruturação da agricultura no nosso Estado. Não é tirando as famílias que estão produzindo para serem produtoras, que são produtoras para virem para a cidade para serem desempregados, para ter mão de obra barata para trabalhar nas indústrias da cidade. É dar condições de vida para viver lá. Aprovaram agora uma Lei de Regularização Fundiária em Brasília, eu consigo pontuar aqui, se tivesse tempo, Deputado Adelino, 05 pontos que não vai resolver o problema do agricultor familiar, 05. Não vou fazê-lo agora porque eu quero abrir um debate com relação a isso nesta Casa, por que estão querendo, inclusive, já criar o Instituto de Terras no Estado, Deputado Lebrão, da forma que propõe a Lei que está lá. E posso garantir para vocês, posso garantir para esta Casa, Deputado Adelino, não irá contribuir com a Agricultura Familiar desse Estado, não vai contribuir com a agricultura, vai prejudicar aqueles que vivem em cima da terra por muitos anos, sob alegação de que até o imóvel fiscal não precisará pagar o título da terra, somente isso que serve. Então, a gente precisa debater isso e aí vocês, meus companheiros lá da Gleba Cuniã, não são os únicos do Estado. Primeiro, o que a gente precisa é estruturar e com responsabilidade o que é reserva e o que não é nesse Estado. Esses dias nós tivemos uma Audiência Pública aqui para discutir a criação de uma nova reserva aonde lá dentro daquela área vivem mais de 200 famílias. Vai colocar essas famílias aonde? Eu não sou a favor de acabar com as reservas do Estado, não sou demagogo a esse ponto, agora quem vive da terra tem que ter condições de trabalhar, se não é nessas áreas, tem que ter condições e terra para esse povo trabalhar, não é simplesmente jogar na rua, jogar na estrada ao relento sem condições de o Estado assumir a responsabilidade que tem que assumir. Então, a gente precisa fazer um debate bastante claro nisso. Tem reservas ocupadas nesse Estado que tem um grupo de pequenos agricultores que, inclusive, faz a luta, mas, que por trás dele tem uns gatos pingados aonde você soma a área da terra ocupada, 200 famílias de pequenos agricultores não cobre a área de dois grandes produtores que estão lá dentro. Isso precisa ser discutido aqui nesse Estado. É muito sério e nós vamos criar um caos no Estado de Rondônia, lá no Cone Sul, para encerrar Sr. Presidente, para encerrar, lá no Cone Sul nós temos hoje aproximadamente mais de 300 famílias que estão na beira de estradas e não são famílias que podemos chamar de sem-terra não, são famílias que viveram na terra durante mais de 15 anos e nunca teve questionamento

jurídico e de uma hora para outra aparece dono com documento esquentado, com documento esquentado em cartórios aqui no Estado, entra na Justiça na mesma hora sai o mandado de despejo ou de reintegração de posse como queira e esse povo está na rua. Então, nós temos que ter responsabilidade com isso. Volto a repetir, nós precisamos tratar meio ambiente, produção, economia e área social com a mesma responsabilidade que trata o meio ambiente, que trata tudo. Obrigado Sr. Presidente, desculpe pela demora.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado Deputado Lazinho, com certeza, um assunto muito pertinente e eu tenho o máximo respeito pelo trabalhador, as pessoas que trabalham pelo pão na mesa, uma época de desemprego, uma época de tantas dificuldades, com certeza essas pessoas estão aqui reivindicam a coisa mais justa, que é um pedaço de terra onde eles já trabalham há muito tempo e tem que ser realmente olhado com carinho a Agricultura Familiar àquele que trabalha e produz alimento.

Ainda nas Breves Comunicações, eu concedo a palavra ao ilustre Deputado Cleiton Roque, por 05 minutos sem apert.

O SR. CLEITON ROQUE – Obrigado Deputado Edson Martins, na qual eu cumprimento todos os demais Deputados aqui presentes, público que nos acompanham pelos veículos de comunicação, funcionários da Casa, senhores e senhoras que estão aqui participando da Sessão pelo plenário, cumprimentar cada um de vocês; inicialmente me colocar à disposição, não pude participar da reunião, mas sei do tema, o que tiver ao nosso alcance aqui como Deputado Estadual para ajudá-los a encontrar solução para este problema que afeta vocês e tantos outros pequenos produtores rurais, nós estamos à disposição nos juntando aos demais Deputados que participaram logo pela manhã da ação aqui na Casa, na Assembleia Legislativa. Senhor Presidente, de maneira muito rápida, muito breve, venho aqui relatar e no dia de ontem no município de Pimenta Bueno foi um dia feliz, tivemos a oportunidade de inaugurar, reinaugurar o Instituto Abaitará, lá esteve presente o Governador Confúcio, o Deputado Só Na Bença, o Deputado Jean Oliveira, a assessoria do Deputado Anderson do Singeperon, que é o Presidente da Comissão de Educação, ele não pode estar presente, mas, mandou representante, vários Secretários de Estado estiveram presentes. E eu falo com muito carinho, com muito entusiasmo deste evento, porque o Instituto Abaitará, ele teve início lá na década de 80, lá no Governo Teixeira, muitos amigos meus que hoje exercem importantes atividades, ou estudaram lá ou trabalharam lá; exemplo do Deputado Federal Luiz Cláudio, Deputado Airton; o Deputado Luiz Cláudio foi professor lá; um dos maiores empresários hoje do Estado de Rondônia, o Euflávio, é um dos sócios da Ciclo Cairu, ele foi professor lá; eu tive diversos amigos que estudaram lá, que tiveram oportunidade de adquirir conhecimento na época da Escola Abaitará, criado no Governo Teixeira. Passou por problemas muitos difíceis, chegou até ser extinta, ser transferido o patrimônio para a Prefeitura do município de Pimenta Bueno e assim que o Governador Confúcio Moura assumiu, junto com o então prefeito Augusto Praça, de Pimenta Bueno, na época eu era vereador naquele município, participei da primeira doação do retorno daquele patrimônio ao Governo do Estado, que iniciou ali um trabalho, um projeto que ontem foi consolidado a infraestrutura, inicialmente com recurso do PIDISE, que foi aprovado nesta Casa, com Deputados dos mandatos anteriores, participação

dos vereadores da última legislatura em Pimenta Bueno, que melhorou a legislação, enfim, e ontem foi inaugurada aquela infraestrutura, que inicialmente orçado em aproximadamente dez milhões de reais em investimento lá, houve uma redução deste custo, recentemente aí eu quero fazer registro de uma reunião que aconteceu o ano passado naquele Instituto provocado pelo Governador Confúcio, levou todo seu staff, levou empresários da cidade e onde foi feito, Deputado Edson, ali um grande mutirão para que pudesse concluir esta obra dentro do prazo, tinha-se um projeto de inaugurar até o final do ano passado, não ia cumprir, não ia dá tempo, não ia ter recurso para terminar durante o mandato do Governador Confúcio e aí de fato foi feito lá um mutirão com execução direta, e, é isso Presidente Edson, que eu quero fazer registro aqui. O serviço quando ele é executado de maneira direta pelo Estado, obras que iam custar cinco, seis milhões, o Estado concluiu, Deputado Hermínio, com menos de dois milhões, ali com parceria com os apenados, foram para lá 50 apenados, inclusive, ontem parte deles foram homenageados, eles passaram a morar lá dentro, no período aí de 5, 6 meses, inclusive, com funcionários do DER, aí eu quero fazer um agradecimento aos profissionais, aos funcionários do DER, ao carpinteiro que foi lá para dentro, ao pedreiro, temos relatos de pessoa que chegou lá como ajudante de carpintaria e vai sair de lá um carpinteiro formado, porque a obra realmente ficou de uma belíssima qualidade, de boa qualidade, estive lá, é na minha cidade, no município que eu moro. O Abaitará hoje, ele está há 3 quilômetros, Deputado Jesuíno, da divisa com Rolim de Moura, ele está a 7 quilômetros da divisa com São Felipe, há 12 quilômetros da divisa com Primavera, há 20 quilômetros da divisa de Cacoal, a 25 quilômetros da divisa de Castanheira. Então, é geograficamente muito bem localizado. Hoje, o Abaitará, tem alunos de 38 municípios do Estado de Rondônia, o pessoal vai para lá em regime de internatos, estudam 15 dias, retorna para sua sede do seu município para a pequena propriedade; tem 50 indígenas estudando no município, Deputado Lazinho, no Instituto Abaitará, 50 indígenas. É a coisa mais linda de se ver, a integração, concluo Senhor Presidente, peço dois minutos para concluir aqui. E lá eu vi, lá nós vemos diariamente mais de 400 jovens estudando, fazendo o seu período regular e fazendo o profissionalizante também. Vai ter condições de voltar para sua propriedade e ajudar os seus pais. Então, eu parabeno ao Governador Confúcio Moura pela inauguração do Instituto Abaitará, por esse grande empreendimento que fica; esse investimento em educação. Eu agradeço ao Ezequiel Neiva, Diretor Geral do DER, pelo empenho também com a sua estrutura do DER quando passou a ser execução direta, até astralto foi feito dentro do Instituto Abaitará com execução direta. Eu parabeno o Secretário Valdo, peço que o pessoal da imprensa que faça registro da importância da Secretaria de Estado da Educação para a realização desse empreendimento, aos Secretários que por ali passaram e o atual Valdo e a sua equipe que destinou recurso também; ao Evandro da SUGESPE, que de fato fez um grande trabalho lá dentro, ao George Braga por ajudar a liberar o orçamento, ao Padovani, na SEAGRI; a toda a equipe, ao staff do Governador Confúcio Moura, que de fato contribuíram muito, a Presidente Adir, que hoje preside o IDEP, o Instituto que vai ter condições de outros Abaitarás, outras escolas sejam implantadas ao logo do Estado de Rondônia, no município de Candeias, no município de Jaru, Deputado Lazinho, Vossa Excelência tem ação. Hoje o embrião está feito, acredito que parte do princípio de um investimento principalmente de um profissionalizante para atender o filho do agricultor, o filho do homem do campo que possa

adquirir o conhecimento lá e levar para a sua pequena propriedade e colocar em prática. Era isso que eu tinha para falar nesta tarde, Senhor Presidente, o Deputado Lazinho, está com o microfone ligado, não sei se Vossa Excelência, se ele quer falar sobre esse tema.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só uma questão de ordem Deputado. Parabênizar. Infelizmente ontem, infelizmente não, felizmente para nós do município de Jaru ontem, não podemos nos deslocar de lá dado a também o lançamento do sorteio das famílias, seiscentos e treze famílias que nós fizemos lá, o Vereador Gelson da Hora estava lá, o Wilson Felix, que está aqui, agradeço pela presença, o Vereador Dico, o Parlote, o Governador esteve conosco de manhã e à tarde nós tínhamos outra agenda. Mas parabênizar o Governador; estive, recebi vários convites da escola e não pude participar infelizmente. Mas, é um exemplo de investimento em educação principalmente educação profissionalizante, eu conheço, tenho acompanhado e tenho um apreço muito grande por aquele modelo de escola. Então, parabênizar e dizer que Rondônia, precisa muito mais, na minha visão é importante o Abaitará, as Escolas Família Agrícola, Deputado Cleiton Roque, ir implementando de forma que possam ter a mesma estrutura porque nós precisamos dá condições, como nós estávamos dizendo, o filho e a filha do agricultor, Deputado, só vai ficar no campo se ele tiver condições de vida digna, sofrer igual eu sofri, igual Vossa Excelência sofreu, Deputado Adelino e esse pessoal, nós que estamos aqui mais antigos que sofreram na roça, não voltam mais não. Então, a gente precisa dá essas condições e parabênizar o Governador por isso, obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Agradeço ao Deputado Lazinho. Presidente, só concluindo aqui, dizer que o investimento em conhecimento é necessário, as ferramentas estão aí, e o Abaitará hoje, ele é um laboratório, laboratório que não tenho dúvida, não só para aquela região ali de conjunto de sete, oito municípios, Deputado Jesuíno, lá, Guajará-Mirim, tem a maior parte dos indígenas desses cinquenta alunos indígenas são do município de Guajará-Mirim, e eles de fato vão, estão tendo a condição e já o que aprendem no Instituto Abaitará, reinserir e inserir no seu meio aonde ele convive com seus familiares, enfim, eu não tenho dúvidas de que nós colheremos bons frutos. Só registrar aqui a presença no plenário, Deputado Genésio Mateus, do município de Espigão do Oeste, junto com o Vereador Adão, também dois grandes vereadores aqui do município que têm feito um grande trabalho.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Cleiton, só me tira uma dúvida, é verdade que são dez milhões para atender trezentos alunos?

O SR. CLEITON ROQUE – No início o orçamento tinha sido, quando foi aprovado aqui que o senhor era Presidente da Assembleia no mandato passado, não foi aprovado os recursos do PIDISE? Constava no orçamento um investimento na ordem de dez milhões, até eu falei na minha fala aqui. Quando o Governador viu que não ia concluir isso em prazo hábil em virtude das dificuldades enfrentadas, chegou o momento que até o PIDISE, foi questionado, o Governo partiu para a execução direta, eu até citei aqui, o orçamento para a conclusão da obra que estava prevista e em torno de seis milhões, partiu para a execução direta ficou em menos de dois milhões a conclusão da obra. Então, assim, a execução direta barateou o custo da obra, precisar para o senhor o valor investido até o

momento no Abaitará, eu não consigo dizer aqui exatamente foi quanto, foi cinco e meio, seis milhões que foi fechado, porém, a previsão do PIDISE era dez milhões, dez milhões e oitocentos, como não ia ser concluído, foi partido com execução direta e parte da Fonte 100; da SEDUC foi em torno de oitocentos mil reais o recurso destinado a SEDUC, mas, sei que tem recurso da SEAGRI, tem recurso da SEPOG também, mas, a conclusão foi em torno de dois milhões e seiscentos mil reais. Só dizer aos dois Vereadores de Espigão do Oeste, que estão aqui que inicia hoje o tapa-buraco da 387, a equipe do DER já está lá finalizamos hoje o ajuste com a direção do DER para que faça também o recapeamento do perímetro urbano ali da 7 de setembro, até próximo a residência da nossa querida e saudosa Deputada Lúcia Tereza, que é o perímetro urbano onde está asfaltado, que ajustamos para que com esse mesmo equipamento do DER faça o recapeamento daquela quadra no entorno do Hospital Municipal, que a gente sabe que está em dificuldades. Falei hoje com Prefeito Nilton Caetano, lá estava o Adjunto do DER o Catatau, Genésio, pode anunciar isso lá que é um pedido de vocês, e atendido pelo Governo do Estado, e em breve nós estaremos entrando na limpeza do Distrito de Pacarana, dentro dos próximos dez dias, estaremos chegando com a conclusão da recuperação da 387, que vai até a divisa do Mato Grosso, a hora que chegar em Pacarana, que deve estar ali em torno aí de uns quinze quilômetros para chegar em Pacarana, nós vamos estar fazendo a limpeza também, já estamos lá ajustando a questão do Canelinha e do Distrito do..., que eu esqueci o nome do Distrito lá, mas, enfim vocês sabem, é o segundo Distrito de Espigão do Oeste, agradeço Presidente o espaço.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado Deputado Cleiton Roque, Deputado Lazinho. Aqui falando das ações do Governo do PMDB que tem realmente feito um trabalho importante na educação, também tem que reconhecer o investimento, o projeto do Governador na questão da escola integral que realmente tem feito a diferença na educação no nosso Estado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só, Deputado, eu comecei falando na questão de Jaru, o Governador esteve lá de manhã ontem, o Programa Minha Casa, Minha Vida fez ontem o sorteio junto com a Prefeitura, o Governo do Estado em Jaru de 613, não é vereador Gelson? 613, aliás, o 13 não é à toa, não é? 613 famílias foram sorteadas ontem para receber em dois loteamentos lá em Jaru as habitações para poder morar com dignidade. Uma parte vai morar já este ano e a parte do Governo do Estado vai passar de quatro milhões de reais de investimento para poder concluir a obra, começou ainda no Governo Dilma e agora está concluindo. E a outra no final do ano que vem vamos estar com as famílias morando. Parabenizar o Governador também pelo investimento, junto com o DER lá no nosso Município nessas habitações. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vão atender mais algumas famílias lá para ver se a gente chega a pelo menos 615.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, 613 está bom.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Deputado, presidente Maurão Vossa Excelência esteve lá em União Bandeirantes essa semana, eu ouvi lá, lhe acompanhei na rádio, eu estava dizendo aqui Presidente Maurão, teve uma comissão de União Bandeirantes que me procurou; é um absurdo, que eu considero um Distrito de mais de quinze mil habitantes, hoje não tem um Postinho de Saúde, nos feriados e nos finais de semana e a noite, fecharam o Posto de Saúde, Presidente Maurão. E eu disse que ia trazer essa questão a esta Casa e a população está à mercê da sorte lá no Distrito de União Bandeirantes, não tem um Postinho de Saúde a noite, ou no feriado ou no dia de domingo para fazer um pequeno atendimento. Qualquer coisa precisa se deslocar e vir para Porto Velho, Sr. Milton Careca que é um empresário lá, eu o encontrei ontem na estrada, ele falou: “Deputado, domingo aconteceu um fato, eu tive que ir a Porto Velho levar uma pessoa por causa de uma dor de barriga”. Então é um absurdo realmente o que está acontecendo, eu sei que o senhor esteve lá essa semana em União Bandeirantes, com certeza foi muito cobrado também lá no Distrito de União Bandeirantes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É verdade, eu estive lá essa semana..

O SR. ADELINO FOLLADOR – Um aparte só para complementar antes do Deputado Maurão falar? Eu estive lá no Rio Pardo está à mesma situação, no Rio Pardo também o pessoal tem que marcar; sexta-feira à noite até segunda não pode ficar doente não, à noite também não. Então esse Distrito aqui de Porto Velho; com certeza Bandeirantes também teria que rever essa situação com certeza, Rio Pardo também, Deputado Maurão é a mesma situação lá.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – É verdade. Eu recebi uma comissão lá nessa semana que eu estive lá, no final de semana, e falta ambulância, não tem. As pessoas têm que estar socorrendo lá com os carros particulares e falta médico e enfermeiro. E a noite o Postinho de Saúde fecha, e um bom Posto de Saúde que tem lá bem em frente à Igreja Assembleia de Deus, ela foi inaugurada essa semana e aí o Posto de Saúde é muito bom. E nisso fiquei de cobrar do Prefeito, eu encontrei o Prefeito lá no aniversário do Garçon e ele falou que essa semana ainda ele ia está vendendo essa questão da contratação de médicos e enfermeiros. Não dá mais para esperar, não é só aqui não! Não é lá no Rio Pardo também que falta médico, os Postos de Saúde da cidade todos estão sem médicos, sem enfermeiro, você vai à rádio, a reclamação é muito grande. Mas falei com o Prefeito essa semana e o Prefeito diz que vai tomar todas as providências nessa contratação de médicos e enfermeiros. E é preciso, não tem como, até eu fiz um compromisso lá, Deputado, de arrumar um recurso para comprar mais uma ambulância, que tem uma ambulância que é para ser entregue lá do Deputado Ribamar, que já está sendo montada para ser entregue, já foi comprada, mas, estão esperando e está faltando. Eu vou ver ainda essa semana, eu quero falar com o Prefeito novamente, para a gente dá um posicionamento ao pessoal de Bandeirantes. Mas, eu quero aqui aproveitar e agradecer a todos pela reivindicação, e falar com o pessoal do plenário que tivemos hoje a reunião como

Vilson, ainda agora a pouco, o Secretário Vilson, e tivemos com o pessoal que está sendo despejado das Linhas; que fica aqui próximo ao Rio Madeira, aqui do outro lado, que é a C-5, C-25, C-3, C-1, são várias Linhas. E o Secretário acabou de reunir com a Promotora do Meio Ambiente que é a Dra. Aídee e chegaram num consenso que não vão parar, não vão parar a operação que está sendo feita, que cada um de vocês que sentirem prejudicados, que é para entrar judicialmente e as denúncias que estiverem feitas, vão ser entregues para nós aqui. E o Deputado Jesuíno, o Deputado Hermínio, os Deputados aqui já estão fazendo um Requerimento pedindo toda essa documentação, nós vamos pedir toda essa documentação do Secretário Vilson por escrito, o que o MP pediu, qual foi a determinação do MP e também o que foi feito até agora com as pessoas que foram intimadas, notificadas, que não foram. Então o que nós precisamos depois? Da relação de todas as pessoas que moram e que tem residência lá dentro, que tem a sua propriedade lá, para a gente fazer um cruzamento dessas informações. Nós vamos pedir, aprovar agora no plenário aqui um requerimento pedindo essas informações por escrito e vamos continuar insistindo ao Secretário Vilson que suspenda essa operação, que agora há pouco chegaram as fotos em minhas mãos ali no gabinete de mais uma casa que eles derrubaram lá, de uma pessoa que está lá há 12 anos e eles derrubaram. Então infelizmente a gente esperava um bom senso aqui da parte do Secretário Vilson, mas, o Secretário Vilson não faz nada se o MP, a Dra. Aídee falar que pode fazer ou não, então ele faz o que ela manda fazer. Infelizmente, a Dra. Aídee é nossa amiga, é uma pessoa que eu tenho dialogado bastante em outras demandas como essa, mas, eu quero, propus também aos Deputados, ao Deputado Ribamar que não está aqui hoje, mas, está a Gisele e o Deputado Garçon que estava presente ainda na parte da manhã, de criar uma comissão para falar com ela, eu vou voltar a falar com o Vilson, se ele quer estar junto ou não, se ele não quiser, nós vamos direto com ela fazer novamente uma tentativa, amanhã vou tentar pela manhã ver se chegamos num acordo. Porque nós precisamos barrar esse despejo que acontece nesta semana, porque senão não vai sobrar mais nada do que é de vocês que está lá construído. A luta para regularizar, nós entendemos, que para ficar regularizado definitivamente é com a Lei do Zoneamento, que nós temos cobrado o Governo Confúcio, cobrado do Secretário da SEDAM, mas, infelizmente essa Lei do Zoneamento vem a passos de tartaruga e ainda acho que a tartaruga vem de ré, porque não chega, porque há quanto tempo nós estamos cobrando. Nós precisamos regularizar esses impasses que nós temos hoje em tantas outras áreas, não é só na área de vocês, mas, nós temos problema em Minas Novas que está acontecendo o mesmo que está acontecendo hoje com vocês, nós temos problema em várias outras áreas que deviam ser regularizadas com o zoneamento, se nós regularizarmos, nós não vamos ter mais, nós vamos amenizar o tanto de problemas que temos hoje. A semana que eu estive lá, Deputado Edson, em Bandeirantes, as pessoas estão entrando numa área de reserva indígena e eu comuniquei, eu falei até hoje eu não vi ficar ninguém dentro de uma área indígena, agora uma área estadual, uma reserva extrativista que as pessoas podem morar lá para produzir, ninguém está morando lá para desmatar não, até porque é uma área de

terra não tão boa, porque terra que produz muito sapé não é uma terra fértil, vocês deviam ter uma terra de primeira qualidade, se o INCRA, se o Terra Legal e se o Governo, se nós pudéssemos dar uma terra de boa qualidade e de boa fertilidade com certeza seria muito mais produtivo, mas, se não tem as que vocês estão em cima hoje vocês já dá para sobreviver. Vi as pessoas falando aqui que sobrevive da farinha, da mandioca, da galinha que produz lá, alguns estão plantando já café, outros cacau, não tem gado lá. Inclusive, o Deputado Garçon disse que teve uma equipe da assessoria dele lá dentro, ninguém está produzindo gado lá dentro, está só alimentos e hoje eles pedem aqui o nosso apoio desta Casa e eu quero aqui, Deputado Hermínio, Deputado Saulo, Deputado Adelino, Deputado Edson Martins, Deputado Airton e Deputado Jesuíno, para que a gente some e buscamos um entendimento desta Casa com a Secretaria de Meio Ambiente e também com o Ministério Público entendendo que essas pessoas dependem dessa área, eles querem trabalhar, o emprego está difícil e muitos vêm para cá e não conseguem emprego e aí precisa de um pedaço de terra para trabalhar, e esta Casa é quem faz lei, é ela quem regulariza a lei, ela quem altera lei e nós estamos dispostos a fazer alteração na lei para que vocês possam ficar de direito nas vossas casas.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, eu só, Presidente, eu queria agradecer o teu empenho e a tua luta em defesa dos trabalhadores e todas as causas que chegam em situações parecidas com esses trabalhadores, Vossa Excelência tem sempre abraçado. Agora, infelizmente, Deputado Maurão, que muitas vezes o Governo não me atendeu, tudo bem, é até normal, mesmo, porque eu não gosto deste Governo e eu sei que também ele não gosta de mim. Mas Vossa Excelência, esta Casa, Vossa Excelência tem sido um aliado de primeira hora, sempre foi deste Governo junto com a maioria destes Deputados, aqui. E essa SEDAM não tem um mínimo de respeito com vocês, não respeita. Esse Secretário, esse Coronel Vilson, você vendo ele pessoalmente, parece ser até uma pessoa até boa, sabe, Deputado Jesuíno, a cara, o jeito dele, parece ser uma pessoa..., mas, não. O que eles estão fazendo, Deputado Maurão, se nós demorarmos mais 02 dias não vai sobrar mais nem uma casa lá, meu amigo. Eles vão derrubar todas. E outra coisa, o Ministério Público, porque o Ministério Público não obriga o Estado colocar segurança pública para o povo que está sendo assaltado aí e humilhado pela vagabundagem, pela violência 24 horas. A Lei diz que o Estado é obrigado a dar segurança para o povo; porque o Ministério Público não obriga, o Estado colocar a polícia nas periferias, nas cidades, no campo para dar segurança para o povo. Agora, o Ministério Público para poder forçar e ficar pressionando o Governo, um Governo covarde, porque a SEDAM, não tem nenhuma ordem da Justiça mandando tirar os trabalhadores de lá e pior, Deputado Jesuíno, que estão tirando de forma truculenta, humilhando ainda o povo, pessoas que moram lá há 20 anos que estão sendo expulsos como rato de dentro da sua casinha, que vive a 20 anos trabalhando e produzindo. Nós não podemos deixar isso, Deputado Maurão, nós podíamos, que amanhã de manhã enquanto nós formos nessa Promotora, quantas casinhas vão cair lá? Quantas casas eles vão derrubar lá? O ideal seria nós irmos para lá, se fosse para lá uma

comissão, se for uma comissão de Deputados para lá, aí sim. Mas, não adianta, se a gente for ao Ministério Público, Vossa Excelência sabe muito bem, Deputado Maurão, que o Ministério Público é intransigente sobre esta questão, é intransigente; a SEDAM não está obedecendo um pedido seu e nosso, a Casa está pedindo para que ele suspenda até nós acharmos um meio na base do diálogo, meu amigo Deputado Lazinho, porque tem sim, tem sim como a gente..., lá quem, as pessoas falam assim: não, tem gente que está lá que é servidor público ou coisa parecida. Meu amigo, quem não adequar à questão da Reforma Agrária, tira fora. Mas, a maioria dos que estão lá, enquadra sim, inclusive, tem gente lá que está lá antes de 96 que não era Reserva na época, Deputado Lazinho, e o Governo está chegando lá, está tratando todo mundo igual, está patrolando linha por linha. Amanhã, inclusive, eu tenho informação que tem trabalhador lá que vai resistir, que só vai sair morto dentro da sua casinha, aí pode ser tarde, Deputado Maurão. Eu acho Deputado Maurão, eu acho, Deputado Jesuíno, se nós chegarmos lá amanhã cedo lá no local, pedir para a nossa Polícia Militar, para os ambientais lá: olha, nós estamos procurando um meio de resolver isso aqui de uma forma mais tranquila; eu acho que a gente consegue. Se nós formos ao Ministério Público, Deputado Maurão, tudo vale; nós podemos ir, uns para lá, outros para o Ministério Público, tudo vale. Mas, se a gente for para o Ministério Público e deixar a ação do Governo lá, é perigoso quando a gente voltar lá não ter nem mais nenhum barraquinho, nenhuma casa em pé. Eu falo em barraco, mas, lá a maioria tem as suas casinhas feitas com dignidade, onde eles moram lá, Deputado Jesuíno, há anos e anos, não é de hoje não. Por isso que eu que eu acho, Deputado Maurão, chega de acreditar em conversa dessa SEDAM, essa SEDAM para mim não tem moral nenhuma, para mim essa SEDAM só serve para sacanear trabalhador, para sacanear o povo produtivo deste Estado. E o Ministério Público também que eu tanto respeito, eu respeito o Ministério Público, mas, eu queria que o Ministério Público agisse, Deputado Adelino, se eles querem que as leis sejam cumpridas, então vamos fazer que todas as Leis que beneficiam os trabalhadores sejam cumpridas, que a Constituição fala que o povo tem que ter uma educação de primeira, tem que ter uma saúde de primeira, tem que ter segurança pública, tem que ter água tratada, tem que ter esgoto. E cadê? Vê se o Ministério Público obriga o Estado a fazer isso? Eles cumprirem a lei em benefício do povo? Entendeu? É por isso que eu falo que o Ministério Público não tem necessidade de agir desta forma. Se a gente agir na base do diálogo e do entendimento, com certeza todo mundo vai ganhar. Da forma que está sendo feita, ninguém vai ganhar, porque ninguém ganha com um negócio deste. Quando os trabalhadores saem de lá que estão produzindo, que sai da sua dignidade para ficar jogado na sarjeta ou debaixo da ponte, isso ninguém ganha. Eu não sei por que é que o Ministério Público e o Executivo têm prazer nisso e a SEDAM tem prazer nisso, de jogar o trabalhador no olho da rua da forma que está sendo feita.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado, eu acho que a gente poderia até fazer um encaminhamento que o Deputado Jesuíno também já sugeriu de fazer o requerimento pegar as informações. Mas, propor essa proposta do Deputado Hermínio,

de pelo menos três Deputados amanhã de manhã, porque hoje já está um pouco tarde, agora já vai dá cinco horas, talvez não dê para Vossas Excelências irem lá e olhar de perto o que está sendo feito. Aí eu queria propor aqui, o Deputado Jesuíno propõe ir, o Deputado Hermínio, eu não sei se o Deputado Lazinho ou qual outro Deputado, pelo menos três ou quatro que pudessem ir amanhã de manhã, eu vou pedir uma audiência com a Dr. Aídee que logo de manhã eu tenho uma audiência com o Governador que ele viaja, eu também vou falar com o Governador, vou conversar isso com o Governador, vou pedir para que ele chame o Vilson, e vou conversar com o Governador pela manhã, oito e meia da manhã; já estou marcado lá com ele, já adianto essa conversa, mas, Vossas Excelências poderiam tipo oito horas da manhã fossem lá à Linha, pegasse o pessoal que é morador de lá que pudesse ir com vocês para Vossas Excelências verem de perto realmente, já têm as fotos e os senhores vão encontrar eles lá fazendo o que estão fazendo, destruindo. Aí manda entrar na Justiça, como que eles vão ganhar, as pessoas simples, sem dinheiro, vão ter que arrumar advogado, gastar, tem já um advogado ajudando aí, mas, gastar até que ganhe isso aí, sabe Deus quando! Vocês precisam de casa para morar agora, vai morar debaixo da ponte? Então não tem, precisa desse apoio e eu quero propor aos Deputados que vão amanhã e possam ver de perto, tira foto, filma o que precisar ser feito, nós não vamos deixar acontecer o que está acontecendo com eles. Eu acho que as pessoas que estão lá... Se tem gente que às vezes não tem direito, tudo bem, mas, a grande maioria que eu vi aqui realmente são pessoas trabalhadoras que inclusive, têm documentos antes de criarem aquela reserva. Uma senhora ali mostrou agora pouco um documento, a casa dela já estava sendo demolida e ela com a pasta do documento da sua propriedade e a casa dela já tinha sido demolida.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente, eu não vou lá não, porque eu estou vendo isso no Estado todo, a minha vida foi ver isso aí. Há quinze dias botaram fogo lá em Urupá, as crianças tiveram que sair correndo, nessa seca botando fogo em casas.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas o Governo botando fogo, o Governo?

O SR. JESUÍNO BOABAID – O IBAMA.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A polícia passa atirando, a polícia passa atirando e outro grupo vai atrás botando fogo nas casas. Máquina derrubando, vão lá em Vilhena, só numa área foram cento e doze famílias tiradas dessa forma, a coisa é mais profunda do que a gente discutir aqui, se acontecer da forma que está acontecendo aqui, dessa forma como estão fazendo vai acontecer no Estado todo. Lá em Machadinho as reservas estão ocupadas por pequenos e grandes produtores, se fizer são mais de 700 a 800 famílias que vão estar dessa forma. Então a solução é mais profunda do que cumprir uma ordem, ou um TAC feito...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Mas não tem ordem.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Eu não vou lá porque eu conheço, eu vivi a vida todinha em cima disso aí, eu sei o que está acontecendo lá, vai lá para os caras fazerem isso na nossa frente ou espera a gente sair e continua fazendo da mesma forma. Então eu peço desculpas, mas, eu não preciso ir lá para conhecer a realidade, eu sei que se continuar desta forma, se continuar desta forma que está aí, nós vamos ter um caos no Estado, vai morrer muita gente como já morreu e vai morrer mais gente, está errado da forma como está aí.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Senhor Presidente, eu estou ouvindo atentamente aqui esses debates e parece realmente que a gente está fazendo o quê mesmo aqui nesta Casa? O maior poder, o maior poder é o Poder Legislativo, o maior poder é o Poder Legislativo, eu fico vendo o Ministério Público só por recomendação, eu quero acreditar que deve ter uma ordem judicial, eu quero acreditar que deva ter uma ordem judicial. Amanhã como Presidente da Comissão de Segurança Pública nesta Casa, com a autorização de Vossa Excelência e demais Parlamentares, eu e o Deputado Hermínio estaremos no local lá para assistir, para conversar e entender, e, eu solicito as documentações pertinentes. Mas o que hoje o Coronel Vilson está, Deputado Lazinho, cumprindo e aí como Coronel ou como servidor público cumprir o que está na lei, porque amanhã, como eu estou assistindo toda hora é processo de improbidade administrativa porque não cumpriu lei, e leis que são feitas pelo Congresso Nacional, congressistas que não conhecem a Amazônia, que não sabem o que é praticamente nada e aí querem aplicar normas, que eles constroem, exemplo, para o Sudeste, para o Sul e tratam a Amazônia como a menina dos olhos deles de uma forma diferenciada. Analisando essa Medida Provisória que hoje é lei, que é das Reformas Agrárias, aí que vai regularizar algumas áreas, isso foi construir essa norma, essa Medida Provisória foi feita para o Rio de Janeiro, para o Rio de Janeiro, e aí agora vai dar uma extensão, como alternativa ao Terra Legal. A gente tem, Deputados, que chamar, aqui a nossa Constituição ainda tem validade, nós temos ainda a Constituição Estadual que nos compete convocar o Secretário de Estado, convocar qualquer Secretariado ou funcionário público do Estado, do Executivo para estar aqui presente para a gente discutir isso.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Quando o senhor fala desta Casa. Eu participei de reuniões Deputado Maurão, eu não era Deputado. Só para socializar aqui, quando fala da responsabilidade desta Casa, reuniões onde deputado estadual, Deputado Hermínio, foi lá na Reserva e mandou invadir que depois, mandou ocupar que depois dava documento. Então é muito mais profundo do que a gente estar aqui discutindo esse ato em si. Tem que discutir a regularização no Estado, mas, não dessa forma como está aí. Tem que discutir onde é que vão essas famílias, que estão sendo despejadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas é isso que tem que envolver, envolver Judiciário, envolver Ministério Público. A gente tem como chamar eles. É muito fácil pegar, tirar eles e vão colocar aonde? Agora, também tem que registrar que foi feito levantamento em algumas áreas que somente 5% eram realmente moradores, moradores realmente, aquelas pessoas que vivem

da terra, o restante nem estava no local, à gente também tem que começar por isso. A gente tem que começar para isso, pessoas que aproveitam da desgraça alheia, ocupam, dizem que são agricultores, que você vai ver não tem nada.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Nem perfil de reforma agrária tem.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Nem tem. Vamos analisar sim.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Gente, Deputado Jesuíno, mas ali, Deputado Jesuíno, a área está toda desmatada.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, Deputado. Eu não conheço lá não. A gente vai lá ver.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Tinha como você trabalhar, podia fazer um projeto piloto ali com as famílias que estão lá.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas, tem, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Recuperando um monte de coisa, se for o caso. O governo chegar e essas pessoas proteger a própria floresta.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu sei, Deputado. Mas...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Lá tem como a gente fazer mil coisas. O problema é que não dá para fazer da forma que o Estado age. O Estado trata uma questão tão grave, uma questão social tão grave... Outra coisa, as pessoas não invadiram lá, muitas pessoas estão lá há 20 anos, 15 anos, 25 anos.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Mas vamos ver. A gente tem que ir lá conhecer a área. A gente tem que pedir a documentação. Sem ter um parecer prévio, se a gente se manifestar só... Vamos chamar a documentação, que eu acho que tem que ser sensato, debater essa situação de forma séria, catalogar se tem registro, se tem cadastro, como foi feito, por que estão derrubando, se foi notificado, qual é a documentação, qual é a lei, qual é a decisão judicial e amanhã a gente vai logo ter essa documentação, chama o Vilson aqui. Eu proponho convocar ele amanhã, às 09:00 horas. A gente aprova o Requerimento aqui, agora e convoca. A gente sai daqui às 08:00 horas, 07:00 horas vai lá, às 09:00 horas a gente está aqui, convoca ele e a gente discute isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Então vamos fazer o Requerimento chamando ele aqui amanhã, às 09:00 horas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Convocando...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Chamando ele e mais o pessoal da SEDAM ou só ele mesmo?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, todo mundo da SEDAM, as partes envolvidas.

O SR. HERMÍNIO COELHO – As partes envolvidas. Deputado Jesuíno, pede para o Manvailer providenciar esse Requerimento

já convocando o Secretário de Meio Ambiente e mais a turma lá, a força tarefa lá, de lá...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Que estão envolvidos nessa situação.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Só quero registrar a presença do Vereador Cosmo Novaes, da Câmara Municipal de Espigão d'Oeste; também do vereador Marco Aurélio, da Câmara Municipal de Campo Novo. Registrar também a presença do Vereador Sidney Rodrigues, da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis; Vereador Dena, Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis. Vereador mais votado do Estado de Rondônia, com 11% dos votos do município. Muito obrigado pela presença. Eu só quero, Presidente Maurão...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Deputado Edson, o pessoal está fazendo um lanche ali e vamos fazer o encaminhamento para amanhã a gente falar com a Dra. Aídee, aí a gente cria a Comissão para falar com ela. Já são 05:00 horas, uma hora dessa, eu penso que já foram embora. Não é possível que eles vão ficar até a noite. Deputado Hermínio, Deputado Jesuíno, eu ainda vou ver se alguém pode ir ainda hoje lá. Eu vou voltar a falar com o Coronel Vilson e vou tentar falar com a Aídee daqui a pouco. O Deputado Hermínio e o Deputado Jesuíno vão lá hoje para ver se eles ainda estão lá, em que pé está. Não dá para levar todos, mas aí, o que der para...

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Vamos continuar os trabalhos. Estamos encerrando agora as Breves Comunicações e passamos para a Ordem do dia. Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Dispõe sobre o direito ao aleitamento materno e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Dispõe no âmbito do Estado de Rondônia, sobre a venda de ingressos em teatros e casas de espetáculos.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO LÉO MORAES. Regulamenta o sistema e inclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer a realização de Sessão Solene nesta Casa de Leis no dia 21 de setembro de 2017, às 09h00 para homenagem aos desportistas do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL DO HOSPITAL DO CÂNCER. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, com a finalidade de averiguar denúncia do não credenciamento do Hospital de Câncer da Amazônia pelo Ministério da Saúde, por ingerência Política.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE RÁDIO E TV. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de discutir a implantação da Rádio e TV da

Assembleia Legislativa, bem como, aprimoramento das mídias sociais.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer ao Poder Executivo, informações sobre o processo de transferência de área pertencente ao Estado para o Município de Porto Velho, localizado na Rua Miguel, nº 1155, Bairro Cohab.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora, nos termos Regimentais, a Constituição de uma Comissão Especial composta de 03 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, que tem por finalidade atuar em defesa da Pavimentação da RO-420, sentido Ariquemes ao Vale do Mamoré-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer a Mesa Diretora que institua e disponibilize a população ferramenta de comunicação de consulta à legislação, por meio de aplicativo "Agora é Lei em Rondônia" para "tablet" e "smartphone", referente a direitos do consumidor, do servidor público, de combate a toda forma de violência e campanhas educativas.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL – IPERON. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de averiguar a situação financeira do Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Requer a concessão de Voto de Louvor ao senhor Gilberto de Oliveira.

Encerrado os Requerimentos e as Comunicações, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura dos Requerimentos a serem apreciados.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Requer a concessão de Voto de Louvor ao Sr. Gilberto de Oliveira.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento da ilustre Deputada Rosângela Donadon. Em discussão o Requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL – IPERON. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de averiguar a situação financeira do Instituto de Previdência do Estado de Rondônia – IPERON.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Anderson do Singeperon. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora,

nos termos Regimentais, a Constituição de uma Comissão Especial composta de 03 (três) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias, que tem por finalidade atuar em defesa da Pavimentação da RO-420, sentido Ariquemes ao Vale do Mamoré-RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Dr. Neidson. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA DE RÁDIO E TV. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial com a finalidade de discutir a implantação da Rádio e TV da Assembleia Legislativa, bem como, aprimoramento das mídias sociais.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento ora lido. Em discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL DO HOSPITAL DO CÂNCER. Requer a prorrogação da Comissão Temporária Especial, com a finalidade de averiguar denúncia do não credenciamento do Hospital de Câncer da Amazônia pelo Ministério da Saúde, por ingerência Política.

(Às 17 horas e 08 minutos o Sr. Edson Martins passa a Presidência ao Sr. Saulo Moreira)

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Em discussão e votação o presente Requerimento que acaba de ser lido. Os Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários queiram se manifestar. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer a realização de Sessão Solene nesta Casa de Leis no dia 21 de setembro de 2017, às 09h00 para homenagem aos desportistas do Estado de Rondônia.

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Em discussão e votação o presente Requerimento que acaba de ser lido. Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como estão e os contrários queiram se manifestar. Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. AIRTON GURGACZ (Secretário ad hoc) – Encerrada as matérias, senhor Presidente.

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra pelo prazo de 20 minutos com apartes o ilustre Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, em exercício, Deputado Saulo lá da nossa região do Vale do Jamari, com certeza cumprimentar os outros Deputados Estaduais aqui presentes. Esse debate sobre esse tema agrário é complexo, onde a gente sabe que não é fácil de resolver e com certeza esta Casa sempre esteve empenhada para tentar ajudar todas as pessoas que vem aqui pedir. Mas, nós temos que ser sinceros a esta população, nesse Estado de Rondônia foi criada muita expectativa já falsa, tem muita gente que já prometeu resolver problemas e depois acaba criando uma expectativa e não consegue resolver. Então, nós temos que também, nós políticos ter responsabilidade, nós não podemos ficar prometendo aquilo que a gente não consegue acontecer; não estou falando em nível de Deputado Estadual, estou falando em nível geral, principalmente em nível nacional, tem muita gente prometendo que vai resolver, que vai acontecer e está criando uma expectativa muito grande, por isso que acaba acontecendo, pessoas entrando em áreas que não devem entrar. E eu vou citar aqui a recentemente o Deputado Saulo conhece, a operação que teve agora na questão do Uru-Eu-Wau-Wau, onde eu vi chamado junto, nós tivemos lá na Terra Legal e eu junto com o pessoal que eu perguntei a primeira vez para o Coordenador da Terra Legal, o Deputado Garçon estava junto: essa área é área indígena? Ele ficou enrolando, tem medo de falar porque está puxando, está fazendo política para A ou para B. Aí eu fiz a pergunta, parei a segunda vez e perguntei de novo: essa é área indígena? E ele, aí falou que era. Eu falei para o pessoal: gente, estão perdendo, não invista mais, não perca o seu tempo. E aí aconteceu agora, como aconteceu esta operação. Então, muitos políticos acabam criando uma expectativa na população que lá vai acontecer, que lá tem terra, que lá você vai pegar, que lá vai ser legalizado. Agora tem uma PEC em Brasília que foi aprovada, também fazendo reuniões, dizendo que não vai pagar mais pela terra, que ele vai ter isso e a gente sabe que não vai ser isso, é só até, é até um módulo que não paga. Então, eu quero pedir e deixar aqui registrado, está aqui a 2ª aproximação que iria resolver, que a 2ª aproximação, esse levantamento que está sendo feito no Estado, há muito tempo na época da ex-secretária Nanci, foi prometida a regularização de Rio Pardo, a regularização lá de Cujubim, regularização de tanta terra e nada está acontecendo. Agora, me convidaram, diz que lá em Cujubim vai entregar 20 títulos. Aonde vai entregar 20 títulos, aonde precisa 40 mil, 30 mil. Então, nós precisamos que as pessoas que estão nos cargos, os políticos também tenham mais responsabilidade, não coloque essas pessoas simples, humildes para poder depois ficar numa situação, do jeito que estão. Nós precisamos ter responsabilidade e aqui eu quero dizer que o Governo Federal, quando assumiu o Lula, quando assumiu a Dilma, todo mundo criou uma expectativa; agora vai regularizar, porque eles pregavam isso; aí fizeram uma inscrição, Deputado Saulo, no Correio, todo mundo que precisa de terra, vai fazer a inscrição. Todo mundo foi no Correio fez inscrição para a terra, criando uma expectativa falsa. E aí passaram quantos anos, passou Lula, foi reeleito, passou Dilma, foi reeleita e agora está aí o Temer.

E cadê? Aí criaram o Crédito Fundiário, que antigamente na época do Fernando Henrique era, é o Banco da Terra; aí depois criaram o Crédito Fundiário que seria a solução, mas, criaram uma burocracia tão grande para ninguém pegar, se tivesse recurso para as pessoas que têm o perfil e que gostam de trabalhar na terra, eu conheço porque eu comecei lá e o meu pai criou 09 filhos em 10 alqueires de terra, começou com 02 alqueires. É possível, essas pessoas que têm esse perfil, que vai no Banco e faça um financiamento, faça ali: Minha Terra, Minha Vida. Tem: Minha Casa, Minha Vida. Faz: Minha Terra..., mas, aí tem, dá 05 anos para ele pagar, de carência, depois dá 03 anos, depois dá 20 anos para pagar. Quem tem perfil vai lá e paga. Aí acaba tudo isso, criar expectativa que você tomar terra dos outros para dar para alguém. É mentira, é isso que está acontecendo e as pessoas acabam sendo usadas e acontece a violência no campo. Todo mundo sabe que é isso e porque que ninguém para com isso, porque que ninguém toma providências disso. Se o Governo Federal achar que alguém que está ilegal, vai lá indeniza a benfeitoria dele e distribui esta terra legalmente. Então, eu quero deixar aqui, essas pessoas simples que são muito conduzidas e na véspera de campanha política, Deputado Lazinho, todo mundo resolve tudo, mas depois, esquece tudo. Então eu quero deixar aqui, agora está sendo feito um levantamento no Estado, da 2ª aproximação, desde a época da Nanci, que ia resolver o problema do Cujubim, que ia resolver o problema de Rio Pardo que ia resolver... e a gente sabe que vai resolver muita pouca coisa. Então eu quero deixar aqui minha indignação neste sentido. Que as pessoas antes de falarem, criarem expectativas, a questão do Uru Eu Wau Wau aí, é todo mundo, tem muitos políticos que estavam incentivando, tem muitas pessoas que se julgam inteligentes incentivando os outros, aí quando vai preso, acaba indo presos, pessoas que às vezes são induzidas e são usadas.

Eu quero aqui também aproveitar este momento para falar em um assunto muito importante. Parabenizar o Governo do Estado. Nós, pela Comissão de Agricultura, o Deputado Lazinho, Presidente da Comissão, nós, inclusive em determinado momento há alguns meses, o Deputado Lazinho pediu que eu o representasse na Comissão de Agricultura e nós fizemos vários documentos ao Governo do Estado pedindo que baixasse o ICMS do boi em pé, bezerro, bezerra e o boi gordo; e graças a Deus, parabenizar o Governo do Estado, não foi só nós que pedimos, várias entidades ligadas ao setor pediram e o Governo, o Mato Grosso já tinha alterado, o Acre já tinha alterado a questão do ICMS, e o Governo do Estado de Rondônia também baixou, respeitando, atendendo a reivindicação do setor, atendendo a nossa reivindicação e hoje nós vamos ter muita facilidade, os próprios dados do IDARON mostram que Rondônia hoje, os frigoríficos não tem capacidade de abate de todo o gado que tem; o gado gordo, e os bezerros também, não tem capacidade para engordar no Estado de Rondônia todos os bezerros, então com isso vai ter facilidade de sair do Estado o bezerro, a bezerra e também o boi gordo. Então eu quero parabenizar o Governo do Estado por ter tomado esta decisão e eu tenho certeza de que isto vai contribuir com o setor hoje tão prejudicado. É o que está mantendo melhor o

Estado de Rondônia, a agricultura familiar, o agronegócio em nível de Brasil também, e é o setor que nós temos que cuidar, nós temos que olhar porque é um setor muito importante, e às vezes a gente fala assim, quando fala de pecuária acha que é só o grande produtor. Deputado Lazinho, quem tem uma vaca, quem tem um bezerro também está no prejuízo; ele vendia a mil e cem reais, a mil reais, hoje ele vende a setecentos, seiscentos, oitocentos reais. Então, além disso, esse dinheiro circula no Estado de Rondônia, é isso que aquece a economia. Então, com certeza é um setor que tem uma importância muito grande na sociedade de Rondônia, até na arrecadação, na questão de segurança pública, na saúde, educação; este setor ajuda muito. Então, nós queremos parabenizar o Secretário de Fazenda, parabenizar também o Governo do Estado e toda a sua equipe, por ter aceitado o nosso pedido, da Comissão de Agricultura, pedido nosso também e também de todos os setores, dos setores agropecuários todos pediram, reivindicaram nesse sentido e nós queremos então, parabenizar, obrigado.

O SR. SAULO MOREIRA (Presidente) – Com a palavra também, pelo tempo de vinte minutos com direito a aparte, o ilustre Deputado Laerte Gomes. Estando ausente o Deputado Laerte, passo a palavra também pelo tempo de vinte minutos, ao Deputado Lazinho. Dispensando a palavra o Deputado Lazinho, passo a palavra para o Deputado Jesuíno Boabaid também por vinte minutos, com direito a aparte.

Encerrado o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos para as Comunicações de Lideranças. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos as Comunicações Parlamentares. Também não há Oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, e antes de encerrar a presente Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 9 de agosto, no horário regimental, ou seja, amanhã as 9 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 17 horas e 20 minutos)

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO Nº 025/2017-P/ALE

Constitui e nomeia os membros da Comissão Temporária Especial com a finalidade de atuar em defesa da pavimentação da RO 420, sentido Ariquemes ao Vale do Mamoré.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais, em consonância com o Requerimento nº 1134/17, lido e aprovado na Sessão Plenária do dia 8 de agosto de 2017,

RESOLVE

Art. 1º. Constituir, nos termos dos artigos 30, 31 e 32 do Regimento Interno, a Comissão Temporária Especial, composta de 3 (três) membros e com prazo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, com a finalidade de atuar em defesa da pavimentação da RO 420, sentido Ariquemes ao Vale do Mamoré.

Art. 2º. Nomear, para compor como titulares da referida Comissão, os seguintes Deputados: Dr. Neidson – PMN; Só na Bença – PMDB; e Geraldo da Rondônia - PSC.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 15 de agosto de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

ADVOCACIA GERAL

**Extrato PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº. 022/2016**

Processo Administrativo nº.006235/2016-80

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA – ALE/RO

Contratada: TERMACON PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - ME.

DO OBJETO: O presente TERMO ADITIVO tem por objeto a PRORROGAÇÃO do Contrato nº 022/2016, referente à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar consultoria, acompanhamento, análise de desenhos técnicos, de documentos técnicos e de relatórios técnicos, aprovação dos testes de ajustes/balanceamentos, fiscalização e mediação da instalação dos sistemas de ar condicionado com fluxo de refrigerante variável, renovação do ar exterior, exaustão mecânica dos banheiros, compensação de ar na cozinha, extração de gases por coifa, recuperação de energia com rodas entálpicas nas áreas dos plenários e auditório e controle de fumaça por pressurização das escadas do edifício da nova sede da assembleia legislativa.

DO PRAZO: Fica estabelecido para o presente TERMO ADITIVO o prazo de 6 (seis) meses, a contar de 30 de junho de 2017, ultimando-se em 29 de dezembro de 2017.

DO VALOR: O valor global do presente termo aditivo é de R\$ 151.059,36 (cento e cinquenta e um mil e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta da seguinte programação: Natureza da Despesa: 449039 - Programa de Trabalho:- 01122201312040000 - Evento: 400091 - Nota de

Empenho: 2017NE00071 - Parágrafo Único. Para atender a despesa do contrato será utilizado saldo orçamentário remanescente do empenho 2017NE00071, podendo haver posterior complementação.

Para firmeza e como prova do acordado foi lavrado o presente Termo Aditivo, às fls. 20 (vinte) do Livro de Registro de Termos Aditivos do ano de 2017 desta Advocacia Geral, o qual depois de lido e achado conforme vai devidamente assinado pelas partes aditantes e com visto do Advogado Geral da Assembleia Legislativa.

Porto Velho, 29 de junho de 2017.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia

Deputado Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário-Geral

Contratada: Termacon Projetos e Consultoria Ltda - ME

Fernando Rossi Tessaro
CPF nº. 292.223.111-91

Visto:

Celso Ceccatto
Advogado-Geral

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº1723/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, e considerando o contido no Processo Administrativo nº 00009696/2017-84, resolve,

CONCEDER

No período de 01/08/2017 a 11/09/2017 a continuidade do gozo da Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 123 da Lei Complementar nº. 68/92 de 09 de dezembro de 1992, a servidora **ZULMIRA SALETE DA SILVA**, cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde, matrícula nº 300044025, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia, cedida a esta Casa Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado Ezequiel Junior, concedida através do Ato nº0835/2017-SRH/P/ALE, de 27.03.2017 e suspensa conforme Ato nº1246/2017-SRH/P/ALE, de 16.05.2017.

Porto Velho, 14 de agosto de 2017.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral